JORNAL DE BRASILIA

ANC

Furtado prevê retrocesso com o parlamentarismo

Memélia Moreira

A implantação do parlamentarismo no Brasil pode significar um retrocesso na vida política do País, porque, historicamente, o Executivo sempre foi mais progressista. No Congresso Nacional, a tendência é o conservadorismo. Os parlamentares eleitos contam com o voto do cabresto, com o coronelismo.

Esta é uma das observações feitas pelo ministro da Cultura, Celso Furtado. Ele reconhece o parlamentarismo como o sistema que melhor corresponde à vida democrática mas, para isso, seria necessário que "a classe política assumisse sua função".

Em entrevista exclusiva concedida ao **Jornal de Brasília**, o ministro da Cultura manifesta-se contrário às eleições gerais. Na sua opinião, elas provocariam uma crise maior ainda porque haveria descontinuidade no comando político. E a crise econômica é um dos fatores dos tumultos. Ele acredita também que a discriminação do mandato — quatro anos para Sarney e cinco para os demais — é resultado de um fenômeno da "impaciência com a transição". Celso Furtado prefere obedecer o calendário ora em vigor, primeiro as municipais, presidenciais em 1989 e renovação do Congresso em 1990.

Na sua opinião, os candidatos já postos, Leonel Brizola e Luis Inácio, Lula, são importantes, mas nenhum deles tem um partido de sustentação. PDT e PT são partidos locais, como foi o PSP de Adhemar de Barros, no passado.

Ele relutou em conversar sobre política e economia. O ministro prefere se referir às questões específicas da Cultura. Mas concordou, depois de alguma insistência, em opinar sobre os temas debatidos hoje pela opinião pública, entre eles, os trabalhos da Constituinte, a ida ao FMI — que não tem competência para resolver nossos problemas econômicos — e até do Ministério do Planejamento. O esvaziamento da Seplan, observou Celso Furtado, primeiro ministro do Planejamento, é natural nos dias de crise e a pasta merece "mais um tático do que um estrategista".

Na questão da economia internacional, o ministro mostra a necessidade de que os Estados Unidos reconheçam que perderam seu **status**. Mas aquele País ainda não chegou a esta conclusão, diz Celso Furtado. E é urgente que novas lideranças internacionais surjam para modificar a ordem econômica.

Economista e advogado de formação e intelectual reconhecido pela comunidade científica internacional, o paraibano Celso Furtado viveu 20 longos anos de exílio, distribuído pelo Chile, Estados Unidos e França. Hoje, ministro da Nova República, ele acumula suas preocupações com o País e a preservação do nosso patrimônio histórico, a correta aplicação da Lei Sarney e, particularmente — jamais em público — com o texto final da Constituição, que ele espera mais avançada que a de 1946.

Para o ministro, resta saber se no Brasil o parlamentarismo não seria essencialmente conservador. «O Executivo sempre foi mais dinâmico»

"Solução depende de políticos"

Jornal de Brasília — **Como o senhor está vendo esta Constituinte que vai completar um ano?**

Celso Furtado — Uma Constituição não se faz de afogadilho. Um ano, acho que é um tempo quase recorde. Esse aspecto não me preocupa. Agora estamos na fase final. E o que importa é concluir. O trabalho está feito em mais de 80%. Os pontos de controvérsia não são muitos. Vamos chegar a um consenso. E há ainda as questões que mais atraem a opinião pública, que são o sistema político e o mandato.

JBr — **O senhor é parlamentarista?**

-- Creio que qualquer pessoa com experiência política e que viveu fora e dentro do Brasil como eu, reconhece que o parlamentarismo é o sistema que corresponde à vida democrática. Permite maior participação, maior facilidade de presença pluripartidária, porque a oposição tem vida mais intensa no parlamentarismo, uma vez que concorre com o Governo. Não há dúvida sobre isso: permite maior educação política e vida partidária consolidada. Mas o problema não se coloca só deste ponto de vista. Resta saber se o Brasil, por sua vocação histórica, onde o Governo central tem um papel muito especial de promotor do desenvolvimento, onde o Executivo deve ter muito dinamismo, deve-se ver se o parlamentarismo não seria um regime conservador para o Brasil. Há 25 anos escrevi sobre isso e chamava atenção para um fato: na História moderna do Brasil, o Executivo sempre desempenhou um papel mais dinâmico do que o Parlamento, mais progressista. Isso é História do Brasil.

JBr — **Como se explica este fenômeno?**

_R — A resistência vinha do Parlamento, profundamente marcado pela presença do coronelismo, de voto rural, do voto de cabresto. Ao passo que o Presidente era eleito pela população urbana, pelo voto esclarecido, o voto mais independente, majoritário. Mas não posso deixar de reconhecer o que é sabido, que a educação política, a maior participação, se faz dentro do parlamentarismo. Portanto, qualquer das duas soluções tem vantagens e desvantagens para o Brasil. Qualquer das duas soluções pode ser boa se a classe política brasileira assumir plenamente a sua função.

JBr — **Não se corre o risco de perpetuar uma classe, de deixar apenas a elite no Governo se aprovarmos o Parlamentarismo?**

_R — Não há relação entre uma coisa e outra, porque o parlamentarismo exigiria uma vida partidária mais intensa do que há no Brasil, onde os partidos vivem só para a eleição.

JBr — **Sempre se falou que no Brasil os partidos não tem ideologia, não tem conteúdo, mas de repente, na Constituinte, se formaram grupos, mesmo dentro do Centrão, grupos afinados por interesses econômicos, ideológicos Isso não pode ser um primeiro passso para a formação de partidos?**

_R — Há vida partidária no Brasil, sempre houve. Mas no parlamentarismo, a oposição tem uma vitalidade muito grande. A oposição está lado a lado com o Governo dentro do Parlamento, evidentemente isso facilita o recorte partidário, a aglutinação dentro de partidos. Quando o Parlamento tem pouca função como no Brasil, há vagamente uma divisão de gente que aqui no Brasil se dizia nacionalista e o outro lado. Em 1964 eu me lembro que havia o grupo nacionalista, a Frente Parlamentar Nacionalista e os outros. É uma vida partidária um pouco rudimentar que existe no Brasil, mas existe.

JBr — **E o mandato? O senhor nunca se declarou publicamente se é favorável aos quatro ou aos cinco anos?**

_R — Eu sempre declarei que não devia existir dois tipos de mandato: um mandato para os presidentes do futuro e outro para o presidente de hoje, porque quando se decide um mandato para o futuro, também se decide um mandato para hoje. Não há razão que se discrimine o Presidente atual, porque ele terá menos anos que os futuros presidentes. Indubitavelmente, dizer que há dois tipos de mandato é algo que choca a consciência de qualquer cidadão independente e eu tenho que observar isso com a maior isenção.

JBr — **E como se explica esta tendência de reduzir o mandato?**

_R — Essa tendência reflete muito mais a impaciência com a transição, porque a transição no Brasil se prolongou demasiado. Já tinha sido longa demais quando começou a Nova República. Agora dentro da Nova República, o processo de transição está se prologando com esta Constituinte. Então, a sensibilidade do povo está exausta, cansada de transição. Então é isso que explica o desejo de eleições ainda este ano. E que não é tanto eleição, para Presidente, mas qualquer eleição o povo estaria contente. Então esse é que é o problema.

«Não basta uma eleição para mudar o Brasil. A crise é estrutural. Vai exigir trabalho, tenacidade e muita organização política»

JBr — **Ministro e o caso das eleições gerais?**

_R — As eleições gerais, a rigor, esta é a tradição de qualquer País, quando há uma Constituinte, ela se dissolve, depois porque aqueles que votaram a Constituição não deve ser aqueles que vão executá-la.

JBr — **Mas isto numa Assembléia Constituinte e não num Congresso Constituinte**

_R — É a tal história. É a tradição mundial, desde a Constituinte de 46 na França, naquela época eu estava lá. Então, aqueles que votam a Constituição imediatamente depois, se submetem à opinião pública, se reelegem ou não. Isto foi feito na famosa Assembléia Constituinte da França em 1789, quando terminou, ela imediatamente se dissolveu. E o que é pior proibiu a reeleição dos constituintes.

JBr — **Então nós estamos atrasados em 200 anos?**

_R — Isto para poder haver total separação, para aqueles que estavam votando, votassem com toda independência, porque depois não iriam assumir o Governo. Isto é histórico. Mas como no Brasil, nós vivemos uma transição muito complexa, como é próprio da História do Brasil, onde a Assembléia Nacional Constituinte também é um Congresso, fica muito difícil, privar um direito que eles têm, de eleitos para um Congresso Nacional.

JBr — **Mas isto foi uma manobra, uma jogada, porque a emenda do Flávio Bierrembach não previa isto**

_R — Mas não foi isto que prevaleceu. O que prevaleceu, como tudo que acontece no Brasil, que é tudo muito aproximativo, é muito no meio da rua, não é de um lado nem de outro, o que prevaleceu é que se elegeria um Congresso e que este Congresso teria uma missão. Constituinte. Então, privar os que foram eleitos para este mandato, é um pouco estranho. É claro que a Assembléia Nacional Constituinte poderia fazer isto, porque ela pode tudo. Não se pode também ignorar que se vive uma situação muito conturbada, do ponto de vista econômico, porque vivemos numa crise mundial com amplos reflexos no Brasil, porque o Brasil já se tinha endividado excessivamente, sofremos um produto da crise. Uma é própria e específica nossa e outra, que decorre da conturbação econômica mundial. Ora, nesse quadro, é evidente que todo processo político é mais difícil, mais complexo. A turbulência política passa a ser assim de conseqüências mais amplas. E convocar eleições gerais, representaria um momento crítico na vida econômica e financeira do País. Isso não é uma questão acadêmica, se deve haver ou não eleições, porque o País precisa de Governo, precisa de alguma estabilidade. Então, você substitui por partes. Substitui agora os prefeitos, no ano que vem, o Presidente e depois a nova eleição para o Congresso. Assim não se tem uma descontinuidade tão grande.

JBr — **O senhor acha que provocaria um caos muito grande?**

_R — Dadas as circunstâncias difíceis que atravessamos poderia ter conseqüências muito graves.

JBr — **Mas são estas condições financeiras que estão levando o povo a pedir eleições agora E quando recomeçar o período normal do País, ou seja, a partir de março, a população começa a ir para as ruas fazer greve e protestos violentos**

_R — Mas eu não creio que a população, neste caso, seja necessariamente o melhor juiz, porque ela está sofrendo as conseqüências de uma crise e pode imaginar como que num milagre, mudando o governante, pode mudar a situação. E a situação é de uma complexidade muito grande. Não basta uma eleição para mudar a situação do Brasil. São várias camadas de crise, uma crise estrutural muito profunda e isto vai exgir tempo, trabalho, tenacidade e organização política. Agora o primeiro passa para enfrentar a crise mais firmemente, é ter a Constituição. Não é eleição, são as regras do jogo claras. Isto sim, e talvez o povo não perceba. É que não foram definidas as regras do jogo. Muitas coisas estão em questão, coisas fundamentais, intereseses grandes em jogo. Interesses dos **lobbies** mobilizados. É quase impossível um consenso enquanto não se definir as regras do jogo. Portanto, o passo fundamental é ter estas regras, estabelecer as regras e dizer: sobre estabilidade é isto, reforma agrária é isto, sobre empresa nacional é isto. É isso que não compreendem. Que o grave para o Brasil é que, num momento de crise mundial, estamos discutindo as regras do jogo.

JBr — **A previsão dos otimistas não é muito boa e a previsão dos pessimistas é que a partir de março o País explode**

_R — Não, a partir de abril nós vamos ter uma Constituição. Imediatamente acalma o povo. Toda esta mobilização enorme, a imprensa, essas gritas, essa tensão, quer influenciar a Constituição. O Brasil hoje em dia está nas mãos dos **lobbies**. Todos os lados estão mobilizados, para pressionar e obter resultados. Cada um vai obter alguma coisa, porque não é possível que a Constituinte vá refletir apenas um pedaço da sociedade. No dia seguinte o Congresso volta à normalidade e o País volta a ser governado em condições razoavelmente normais. Passou o vendaval. A Constituinte é um vendaval.

JBr — **O PMDB vai votar os cinco anos...**

_R — O problema dos cinco anos foi devolvido à Constituinte. É problema pessoal, cada um tem seu ponto de vista.

JBr — **Mas há quem diga que se passar quatro anos o PMDB não tem condições de eleger Presidente**

_R — Isso são especulações. O problema de quatro ou cinco anos é de consciência de cada um, julgamento de cada um. É uma questão aberta. Está se definindo uma preferência pelos cinco anos. Mas isto vai ser votado no fim. É competência da Constituinte, não cabe ao diretório do PMDB tratar deste assunto.

JBr — **E quem seria o candidato do PMDB à Presidência?**

_R — Como diria De Gaulle, **Il n'y a que du trop plein** Ou seja "não há que excesso". O problema é o excesso. Todos os tenores do PMDB são candidatos. Isto é natural.

JBr — **Mas além de Quércia, Ulysses, Mário Covas, quem o senhor colocaria entre os candidatos?**

_R — Os líderes do Parlamento, os governadores dos grandes estados. Dos pequenos estados, coitados, não têm condições.

JBr — **Mas dos governadores dos grandes estados, apenas Quércia é identificado com o partido**

_R — Tem o Pedro Simon.

JBr — **Sobram então o Arraes, Waldir Pires**

_R — Esses dois já são de estados menores. De qualquer maneira, este não é o problema. O PMDB dispõe de quadros de gente com experiência política, administrativa. Então é um grande partido, ninguém pode negar. O grande problema do PMDB é que ele cresceu nesta fase final. Ele inchou. Abrigou um número grande de pessoas e não poderia deixar de abrigar, porque ninguém pode prejulgar e o PMDB sempre recuperou pessoas, personalidades que vinham do outro lado, como foi com Severo Gomes. Então o problema é esse, a rapidez da incorporação de quadros novos, que não foram assimilados pelo partido.

JBr — **Então, o difícil é escolher porque há muitos candidatos Quem o senhor colocaria entre os que tem grande apoio popular?**

_R — Às vezes não tem apoio popular e numa campanha se revela um grande mobilizador. Não refleti sobre isso. Evidente que um candidato à presidência da República não nasce das circunstâncias do momento. Tem que ter uma biografia e tem que reunir certos trunfos. Tem que ter nome nacional, governar um grande Estado, difícil imaginar de um pequeno Estado, tem que ser líder nacional há bastante tempo, mesmo sem governar um grande Estado. Quem reúne todas estas condições tem mais potencial. Mas é difícil se perguntar hoje a um peemedebista quem é o candidato natural que ele não responda que é Ulysses Guimarães. Acho que 99% dos peemedebistas autênticos diriam isto.

«Brizola e Lula são bons nomes mas estão em partidos fracos. Já o PMDB enfrenta um problema grave: cresceu demais»

JBr — **E quantos autênticos restam?**

_R — Quando eu digo autênticos, eu digo a grande maioria do PMDB hoje.

JBr — **E o Brizola, ministro?**

_R — O Brizola é um candidato importante, porque polariza certas forças nacionais, também é um homem de experiência política, tem visibilidade nacional, ele só não tem um partido, propriamente. E nas condições do Brasil, se Jânio Quadros conseguiu se eleger é porque ele teve a UDN, que empolgou e que não era o partido dele. Mas uma personalidade como o Adhemar de Barros que durante tantos anos lutou, ele falhou sempre por falta de um partido. O PSP era um partido local, centrado em São Paulo. E o que se passa com o governador Brizola, o partido dele é um partido local. Mais no Rio Grande do Sul, do que no Rio de Janeiro. O núcleo do Rio Grande do Sul é mais estável, o do Rio de Janeiro é mais "fugível", digamos assim, mais incerto. Cresceu quando ele se elegeu e tem em outras grandes cidades como em Recife, mas não tem um grande partido nacional.

JBr — **O senhor diria a mesma coisa para o candidato Lula?**

_R — A mesma coisa. O partido de Lula é essencialmente São Paulo. Agora o Lula não tem a experiência do Brizola como administrador. O Brizola administrou dois grandes estados do Brasil.

JBr — **O senhor foi o primeiro ministro do Planejamento, de repente a Seplan se esvaziou, virou Seac**

_R — É muito difícil a operação do Ministério do Planejamento em condições de crise generalizada na economia e nas finanças. Quando você está no meio de uma crise o que vale mesmo é o controle da situação. E tentar evitar o pior. E isso você tem que estar adaptando dia-a-dia. É melhor o tático do que o estrategista. Não quero dizer que o plano não seja importante, mas é o plano anual, como fez o Bresser, o plano macroeconômico. Mas é uma coisa muito limitada, o verdadeiro planejamento é plurianual e está ligado ao plano de investimentos importantes. Numa crise não há investimentos e aí se precisa de uma ação orientada para, primeiro, manter o controle do sistema e em segundo lugar vencer a crise, que significa recuperar a estabilidade, interna e externa. Quando se recupera a estabilidade, aí sim, pode-se pensar em planejamento a mais longo prazo, que é a grande força deste ministério.

JBr — **Há quem diga que a única saída para a crise econômica internacional seja um novo Bretton Woods O que o senhor diz a respeito?**

_R — Para se chegar a Bretton Woods você deve passar por várias etapas. Em Bretton Woods, o poder estava todo concentrado nas mãos dos americanos, dos ingleses, também. Mas o que prevaleceu foi o plano dos americanos. E quem mais ia opinar? Eram os franceses. Os alemães nem existiam. As condições políticos eram extremamente favoráveis a estabelecer um conjunto de regras, naquele momento. Hoje é o inverso. Reúne-se 100 países para falar evidentemente todos querem uma mudança na ordem econômica internacional. E os países grandes não querem ceder. O que é a crise de hoje? Ela decorre do fato de que a economia internacional se transformou inteiramente e deu lugar ao que se pode chamar de um sistema econômico integrado mundial. O sistema monetário está interligado, de tal forma, que não se pode pensar em política de câmbio na Europa sem ter entendimento dia a dia com os americanos. O que se tem na verdade é um mundo desregulado e só se poderia regular através de novas normas como foi Bretton Woods. Mas para se chegar lá é preciso passar por etapas políticas porque se não houver verdeiramente entendimento entre as nações de peso na economia mundial, é muito difícil que haja uma conferência aberta aos outros, porque eles não cedem. As relações de poder e força no plano econômico foram se modificando e os americanos ainda não reconheceram isso. A crise, se centrou nos Estados Unidos.

JBr — **Mas as conseqüências maiores foram para o Terceiro Mundo**

_R — Bem, eles estão se endividando muito. Os problemas futuros mais graves são nos Estados Unidos, mas as conseqüências maiores são no Terceiro Mundo porque está preso ao dólar. Todos os produtos exportados pelo Terceiro Mundo se depreciam quando se deprecia o dólar, desde o nosso minério de ferro. Então, o Japão é quem ganha. Quando se deprecia o dólar, se degrada a relação de troca do Terceiro Mundo. E quando há uma crise financeira, as taxas de juros se elevam, o Terceiro Mundo, é quem está endividado. É quem sofre mais. Então, nas situações de crise, no crescimento baixo da economia internacional, os fluxos de capital internacional tornam mais caros, o Terceiro Mundo não tem mais acesso a capitais novos. Mas esta crise não pode se prolongar muito, por que é uma crise institucional, que afeta claramente o mercado internacional, os países ricos. E eles estão sofrendo muito, as taxas de crescimento estão baixando muito, o desemprego está alto, são 30 milhões de desempregados e eles estão conscientes de que alguma coisa tem que ser feita. Ou caminhamos para uma recessão mundial, uma depressão, ou escapamos disso através de lideranças novas, nos países ricos, que tenham uma visão do problema para levar adiante essa luta nova, que é a luta de reconstrução do capitalismo, como houve nos anos 30.

«A moratória permitiu a recuperação do Brasil. Se não fosse ela, teríamos ficado com as calças na mão como foi no tempo do Delfim»

JBr — **No caso específico do Brasil, campeão mundial da dívida externa, não há saída com dinheiro novo, não vem dinheiro novo desde 1982, seria uma saída o FMI?**

_R — O FMI tem muito pouco dinheiro. Perdeu seu papel internacional na medida em que ele não desenvolveu sua capacidade de ação. Transformou-se num instrumento de auditoria, de tutela, porque não ajuda os países com investimentos de curto prazo. Como os problemas não são de curto prazo, são muito mais profundos, ele não está cumprindo seu papel. Então nosso problema é estrutural, profundo e que não compete ao FMI. Quando se fala em FMI deve-se colocar a questão: vamos aceitar ou não a tutela, o monitoramento externo. O presidente Sarney tem dito repetidas vezes que não aceita. Tem sido coerente nisso e não cedemos. Se chegarmos ao acordo clássico, o FMI não tem o mínimo direito de monitoramento.

JBr — **A moratória deu para respirar?**

_R — A moratória permitiu ao Brasil recuperar as suas reservas Se não fosse a moratória nós teríamos ficado com as calças na mão, como aconteceu no tempo do Delfim, com reserva negativa, que é uma coisa absurda e que de mais grave se pode fazer com um País, porque ele fica totalmente à mercê dos seus credores. E só se soube disso quando chegou o Fundo Monetário, que se revelou que não era um problema de liquidez, mas de reserva negativa.